

Apenas USP adia decisão sobre abono de grevistas

Unesp e Unicamp aceitam 28,6%; decisão fica para terça-feira e TRT convoca reitor

Luiz Fernando Toledo

ESTADÃO
edu

As Universidades Estaduais Paulista (Unesp) e de Campinas (Unicamp) aceitaram ontem a proposta de abono salarial de 28,6% para seus servidores. A Universidade de São Paulo (USP) informou que só responderá sobre o tema em reunião do Conselho Universitário, na terça-feira. O índice, no entanto, foi proposto pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT) diretamente à USP, única instituição que ajuizou ação na Justiça do Trabalho contra a paralisação de 108 dias de funcionários e professores.

Em audiência de conciliação realizada ontem, o desembargador Davi Furtado Meirelles convocou o reitor da USP, Marco Antonio Zago, e o secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, Nelson Luiz Baeta, para o próximo encontro, no TRT, na quarta-feira.

Ele considerou um "desgaste" a atitude do reitor de encaminhara decisão ao órgão máximo da universidade, o que pode levar a uma paralisação a durar mais uma semana. Funcionários e docentes já aceitaram a proposta,

Revisão do ICMS renderia R\$ 360 mi

● A revisão do cálculo da cota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) repassada às três universidades estaduais renderia cerca de R\$ 360 milhões por ano, segundo a previsão orçamentária de 2014. O conselho de reitores (Cruesp) indicou antontem que esse é um dos pedidos do órgão ao governo. Uma retificação do cálculo não mudaria o percentual do ICMS, de 9,57%, mas incluiria juros e multas. A soma, porém, não é suficiente para resolver o alto comprometimento das receitas com salários nas instituições. Só a USP gasta a cada mês cerca de R\$ 90 milhões a mais do que recebe do Tesouro estadual. / v.v.



NA WEB
Portal. Veja linha do tempo da greve da USP

estadao.com.br/e/cronousp

mas aguardam a resposta da administração da USP.

"A bola estava com ele (Zago). Ele podia pegar a bola, botar na marca do pênalti e fazer o gol. Ele preferiu carregar a bola

para o vestiário", afirmou Meirelles. A reunião terminou sem novas determinações. Um representante do Ministério Público do Trabalho (MPT) que participou da reunião foi na mesma direção e comentou que o impasse "deve-se exclusivamente à indecisão da reitoria". A afirmação, no entanto, não foi incluída nos autos.

A reitoria da USP informou que todas as decisões precisam ser aprovadas por seu órgão máximo, o Conselho Universitário. Em relação à demora, a universidade afirmou que, por questões regimentais, o órgão precisa ser convocado com cinco dias de antecedência.

O resultado do encontro foi criticado pelos grevistas, que disseram depender da resolução do abono para encerrar a greve. O diretor do Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp), Magno Garvalho, afirmou ontem, mais uma vez, que houve uma "quebra de isonomia do Cruesp (Conselho dos Reitores das Universidades Estaduais Paulistas)", tese que foi negada pela presidente do conselho, a reitora da Unesp, Marilza Vieira Rudge.

Pauta isolada. Na segunda-feira, o Cruesp, em encontro com o Fórum das Seis – entidade que reúne representantes dos sindicatos dos professores e servidores –, decidiu que a discussão sobre o abono não poderia ser tomada de forma unilateral para todas as instituições, mas que cada uma delas deveria tomar uma decisão isolada.

O valor refere-se ao pagamento do período descoberto pelo reajuste de 5,2% cedido aos servidores entre o mês de maio, data-base da categoria, e setembro, quando o percentual incidirá sobre o salário.

Os professores da Unicamp já haviam recebido abono de 21% sobre o salário de julho, oferecido pela reitoria em troca da suspensão da greve. Depois da reunião de ontem, foi ofertado a eles receber nova parcela de 7,6%. As categorias ainda votarão se aceitam a proposta – o pagamento será feito após sete dias do acordo. A Unesp, além do pagamento do percentual, garantiu reajuste do vale alimentação.



Ação. Magistrado diz que reitor, em vez de fazer gol, prefere 'carregar bola para vestiário'

Estagiário do Exército ajuda em Pirassununga

Victor Vieira

O fornecimento de refeições no Restaurante Universitário do campus de Pirassununga, da Universidade de São Paulo (USP), virou alvo de críticas do movimento grevista local. Sindicatistas dizem que estagiários do Exército foram usados para cobrir a ausência de servidores do refeitório que estão parados.

A prefeitura do campus diz que a prestação de serviço já estava prevista, por meio de parceria, e não há nenhuma irregularidade. Dois estagiários vindos

do 13.º Regimento de Cavalaria Mecanizado, base do Exército no município, trabalharam cerca de duas semanas no refeitório universitário, que está com o funcionamento alterado por causa da paralisação.

Segundo o prefeito do campus, Flávio Meirelles, a alocação dos dois estagiários já estava acertada antes mesmo do início da greve, em maio.

A iniciativa faz parte de um convênio, recém-firmado entre o Exército e a USP, de troca de estagiários em cozinhas de grande porte. "O restaurante tem custo fixo alto e, cada vez que deixamos de servir os alunos, há um prejuízo grande ao Estado", justifica Meirelles.

Após a reclamação dos grevistas, o período de trabalho dos estagiários foi encurtado em al-

guns dias. O funcionamento, diz Meirelles, foi mantido mesmo sem ajuda dos estagiários e com o remanejamento interno de servidores. Na greve, o local funciona durante o almoço, mas não oferece o jantar.

A USP de Pirassununga não pode enviar estagiários ao Exército, como previsto no convênio, por causa da greve. A reitoria informou que os campus são autônomos para fazer parcerias. Já o Exército não foi encontrado para comentar o caso.

A queixa dos funcionários é de que o prefeito não poderia substituir grevistas e que o acordo com o Exército é desconhecido na unidade. "Nem experiência em cozinha os dois tinham", criticou um servidor do restaurante, que não quis se identificar à reportagem.